









# Jornal O DIA SP

**Santa Cruz Geração de Energia S.A.**

CNPJ/MF nº 07.614.088/0001-80 – NIRE 35.300.325.630 ("Companhia")

[illegible]

de comunicação possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O Diretor Estatutário, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e não estará à disposição da referida reunião.

**Artigo 10** – Os membros da Diretoria Estatutária somente poderão participar com o presente da maioria de seus membros em exercício. **Parágrafo Único** – Os assuntos que não constarem da ordem do dia somente serão deliberados na reunião da Diretoria Estatutária se todos os seus membros estiverem presentes e assim concordarem, na forma deste Estatuto.

**Artigo 11** – Os deliberados da Diretoria Estatutária serão tomadas pelo voto da maioria absoluta dos membros presentes. **Parágrafo Primeiro** – A Diretoria Estatutária manterá cópias das atas de suas reuniões na sede da Companhia e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia. **Parágrafo Segundo** – Respeitados os limites de alcance eventualmente estabelecidos para cada Diretor Estatutário, este poderá exercer suas atribuições em qualquer localidade, inclusive fora do Brasil, desde que a matéria não afete a área de atuação de outro Diretor Estatutário, serão tomadas pelo próprio ou em conjunto com o Diretor Presidente, em matérias ou situações preestabelecidas por este último. **Artigo 11** – Os Diretores Estatutários são investidos dos mais amplos poderes necessários para a prática dos atos de administração no interesse social da Companhia, federais, estaduais e municipais, entidades financeiras e terceiros em geral, observado valor individual ou em conjunto não superiores por operação de: (i) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para: (a) celebrar contratos ou negócios jurídicos em geral, cujo que obriguem a Companhia, ou exonerem terceiros de responsabilidades com a Companhia em especial, para aquisição de bens imóveis; (b) realizar investimentos de capital; (c) alienar, ceder, transferir ou arrendar bens imóveis; (d) emitir títulos de dívida da Companhia; (e) contratar e (f) realizar atos de liberalidade que atendam à função social da Companhia; (g) prestar garantias e contragarantias fiduciárias em favor de terceiros; (ii) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a contratação de quaisquer operações de empréstimos ou financiamentos de curto prazo; (iii) R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), por operação, para a contratação de empréstimos ou financiamentos de longo prazo; e (iv) R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para a contratação de quaisquer operações de empréstimos ou financiamentos de longo prazo. Ressaltado o disposto nos parágrafos 20, 30, 40 e 50 deste Artigo, todo documento, para ser vinculado juridicamente a Companhia, inclusive cheques e saques, deverá conter a assinatura do Diretor Presidente ou de 02 (dois) Diretores Estatutários, ou de 01 (um) Diretor Estatutário conjuntamente com 01 (um) procurador, ou de 02 (dois) procuradores, sendo que os procuradores deverão ser nomeados pelo Conselho Fiscal, para a prática dos atos de administração. O Diretor Presidente poderá nomear, no termos do Parágrafo 6º, deste Artigo, procurador especial em qualquer caso específico, com poderes para praticar, sozinho e em nome da Companhia, os atos necessários necessários para a consecução do objeto do mandato e o qual tenha sido constituído, exaurindo-se o mandato ao fim da referida consecução. **Parágrafo Terceiro** – A Diretoria Estatutária poderá, a qualquer tempo, deliberar a nomeação de um ou mais procuradores especiais, para a prática dos atos de administração que a Companhia participe, direta ou indiretamente, em sociedades, fundações e outras entidades de que a Companhia participe, direta ou indiretamente, para a prática dos atos de administração que a Companhia participe, direta ou indiretamente, nas oportunidades de investimento da Companhia e orientações aprovadas pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarto** – Quando, por força de lei ou decisão judicial, for exigível o depoimento pessoal ou o interrogatório de representante legal da sociedade, esta será representada pelo Diretor Presidente, ou, em sua ausência ou impedimento, por outro Diretor Estatutário, ou por procurador com poderes específicos para tanto. **Parágrafo Sexto** – A nomeação de procuradores para agir em nome da Companhia, inclusive nos casos de mandato judicial, será feita por 02 (dois) Diretores Estatutários, que assinarão o respectivo instrumento de outorga, fixando os poderes conferidos e o modo de exercê-los, e, em caso de mandato judicial, será feita por 02 (dois) Diretores Estatutários, que assinarão os poderes da cláusula “ad judicia” e “et extra” para atuação em processos judiciais e administrativos, que poderão ser outorgadas para vigência por prazo indeterminado. **Artigo 12** – Compete à Diretoria Estatutária: (i) Cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecidos pela Assembleia Geral; (ii) Elaborar e propor, anualmente, à Assembleia Geral as diretrizes estratégicas e o plano estratégico da Companhia, e executar as mesmas; (iii) Elaborar e propor, anualmente, à Assembleia Geral o balanço da Companhia e o plano anual da Companhia; (iv) Definir e propor à Assembleia Geral e executar os orçamentos aprovados; (v) Planejar e conduzir as operações da Companhia e suas subsidiárias e reportar à Assembleia Geral o desempenho econômico-financeiro da Companhia, produzindo inclusive relatórios com indicadores de desempenho específicos; (vi) Elaborar, em cada exercício, o Relatório Anual da Administração da Companhia, com o balanço da Companhia e o plano estratégico da Companhia; (vii) Definir e propor à Assembleia Geral, após o levantamento do balanço, a destinação do lucro do exercício, a distribuição dos dividendos da Companhia, inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio e, quando necessário, o crescimento de capital, observado os termos deste estatuto social; (viii) Definir e executar o plano anual de seguros da Companhia e suas subsidiárias, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ix) Definir e propor à Assembleia Geral as políticas de responsabilidade social da Companhia, tais como meio-ambiente, saúde, segurança e responsabilidade social da Companhia e implementar as mesmas aprovadas; (x) Elaborar e propor à Assembleia Geral as políticas gerais de recursos humanos da Companhia, inclusive planos que disponham sobre a admissão, carreira, acesso, benefícios e regime disciplinar dos empregados e a implementação das mesmas aprovadas; (xi) Definir e propor à Assembleia Geral as políticas de financiamento da Companhia, e executar as políticas aprovadas; (xii) Promover a implementação e a eliminação das Gerências imediatamente subordinadas a cada Diretor Estatutário; (xiii) Estabelecer, a partir dos limites de alocação fixados neste Estatuto para a Diretoria Estatutária, os limites de alocação individual dos Diretores Estatutários e os limites de alocação para a Diretoria Estatutária como um todo; (xiv) Definir e propor à Assembleia Geral a política de emissão e alienação de debêntures simples ou de qualquer outro valor, pelo qual a Companhia substitua, não conversíveis em ações e sem garantia real, bem como a sua aquisição ou resgate antecipado, desde que o valor da operação não seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (xv) Aprovar as operações descritas abaixo, desde que respeitadas as condições de mercado (arm's length) e, ainda, cujo valor não seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): (a) Entre e a Companhia, seus acionistas diretos; (b) Entre a Companhia e seus Administradores e/ou empregados; (c) Entre a Companhia e as sociedades nas quais a Companhia possui participação direta ou indireta; (d) Entre a Companhia e as sociedades nas quais as pessoas indicadas nos itens (a) e (b) acima detêm, direta ou indiretamente, participação societária ou interesse sob qualquer forma; (e) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (f) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (g) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (h) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (i) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (j) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (k) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (l) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (m) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (n) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (o) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (p) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (q) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (r) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (s) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (t) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (u) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (v) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (w) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (x) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (y) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (z) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (aa) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ab) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ac) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ad) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ae) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (af) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ag) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ah) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ai) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (aj) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ak) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (al) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (am) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (an) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ao) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ap) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (aq) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ar) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (as) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (at) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (au) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (av) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (aw) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ax) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ay) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (az) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (ba) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (bb) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (bc) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (bd) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (be) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (bf) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso I, alínea “a”, deste Estatuto; (bg) Entre a Companhia e o acionista direto ou indireto da Companhia, observado o disposto no artigo 13, inciso

Administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, responderão, nos termos do Artigo 158 e seus parágrafos, da Lei das S.A., individual ou solidariamente, pelos atos que praticarem por ação ou por omissão e pelos prejuízos decorrentes. **Capítulo IV – Disposições Gerais** – **Artigo 159** – A Companhia poderá ter, no momento de sua instalação, de 03 (três) membros, os quais pelo Conselho Fiscal, acionistas ou não, naturais ou estrangeiros, no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na lei vigente aplicável. Será assegurado, aos acionistas não controladores, o direito a eleger um dos membros, em votação separada, nos termos da lei vigente aplicável. O presidente do Conselho Fiscal será eleito na primeira reunião do órgão. **Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal somente será instalado após a instalação do Conselho Fiscal, quando instalado, observará o disposto no artigo 162 da Lei das S.A. e ocorrerá mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho Fiscal. **Parágrafo Primeiro** – O termo de posse deverá conter, sob pena de responsabilização civil do Conselho Fiscal eleito, a indicação de pelo menos um domicílio, que será o das penas da lei e em instrumento próprio, que ficará arquivado na sede da Companhia. **Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá ser constituído por membros não acionistas. O Conselho Fiscal receberá as citações e intimações em nome dos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado; e **Parágrafo Segundo** – A posse dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é condicionada ao fornecimento de declaração de desimpedimento feita pelo Conselho Fiscal e em instrumento próprio, que ficará arquivado na sede da Companhia. **Vacância** definitiva de membro do Conselho Fiscal, está deverá funcionar com os demais membros, desde que respeitado o número mínimo de membros do Conselho Fiscal. **Artigo 160** – Ocorrendo vacância definitiva de qualquer dos cargos de membro do Conselho Fiscal e, na falta do suplente, um novo membro será eleito na primeira Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse fim. **Parágrafo Primeiro** – Ocorrendo vacância definitiva de qualquer dos cargos de membro do Conselho Fiscal, será imediatamente convocada uma Assembleia Geral para a eleição de membros que permitam o devido funcionamento do Conselho Fiscal. **Parágrafo Terceiro** – Para o fim deste artigo, ocorrerá a vacância de um cargo de membro do Conselho Fiscal quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou perda do cargo, ou a morte ou a destituição de qualquer dos membros do Conselho Fiscal. **Artigo 161** – (reunidos ordinários consecutivos, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho Fiscal. **Artigo 20** – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observados os limites legais aplicáveis. **Parágrafo Primeiro** – Os membros somente terão direito a remuneração no período em que, instalado o Conselho Fiscal, estejam no efetivo exercício da função. **Parágrafo Segundo** – Os membros do Conselho Fiscal não terão direito a remuneração por tempo de serviço, nem a qualquer outra vantagem ou locomoção necessária ao desempenho da função. **Capítulo V – Assembleia Geral** – **Artigo 21** – A Assembleia Geral Ordinária terá as atribuições previstas na lei e realizará-se anualmente, no prazo previsto no Artigo 132 da Lei das S.A., mediante convocação pela Diretoria Estatutária ou por outras formas previstas em lei, para deliberar sobre as matérias de sua competência, a saber: (i) Aprovação ou rejeição das contas anuais e das demonstrações financeiras; (ii) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) Eleger e destituir os membros da Diretoria Estatutária e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, e fixar a remuneração global dos Administradores. **Artigo 22** – A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser realizada concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária, quando necessário. **Parágrafo Primeiro** – O Estatuto, reunirá-se mediante convocação da Diretoria Estatutária sem prejuízo de outras formas previstas em lei, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente para deliberar sobre: (i) Reforma do Estatuto Social; (ii) Aumento ou redução do capital social; (iii) Abertura e fechamento de capital social da Companhia; (iv) Autorização para emissão de ações e de RS, com valor real, bem como a sua aquisição ou resgate antecipado, cujo valor seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (v) Autorização para emissão de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e de qualquer outro direito, valor ou título conversíveis em ações da Companhia, bem como a sua aquisição ou resgate antecipado, independentemente do valor; (vi) Avaliação dos bens com que a Companhia dispõe; (vii) Pedido de falência ou de recuperação, judicial ou extrajudicial, da Companhia, nos termos da legislação aplicável, bem como a dissolução e liquidação da Companhia e a eleição e destituição de liquidantes e julgamento das contas destes; e (viii) Quaisquer matérias que excedam a alçada de aprovação da Diretoria Estatutária; (ix) Alienação de bens da Companhia, quando necessário, para a realização de operações de capitalização de Operações de fusão, cisão e incorporação em que a Companhia ou suas empresas subsidiárias diretas sejam parte, inclusive envolvendo as ações de suas próprias emissões; (xii) Autorizar qualquer operação entre a Companhia e as pessoas que sejam acionistas indiretos de sua acionista controladora, bem como entre a Companhia e os administradores, empregados ou pessoas físicas ou jurídicas que tenham qualquer relação com a Companhia, inclusive celebrando contratos de comercialização de energia, cujo valor seja superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por operação; (xiv) Demais casos não previstos neste Estatuto ou casos omissos. **Artigo 23** – A convocação de Assembleia Geral deverá ser feita nos termos da legislação em vigor (com um mínimo de 08 (oito) dias de antecedência da primeira convocação e de 5 (cinco) dias da segunda convocação e conterá intimação dos membros do Conselho Fiscal e dos acionistas, para comparecerem pessoalmente ou por procuração, expressamente, na ordem do dia, as matérias a serem deliberadas, sempre ressalvada a hipótese do Artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **Parágrafo Único** – É vedada a inclusão na pauta da Assembleia Geral, da rubrica “outros assuntos” ou assuntos “e/ou” ou expressões equivalentes. **Artigo 24** – A realização das execuções previstas em lei, para a realização de operações de capitalização de Operações de fusão, cisão e incorporação em que a Companhia ou suas empresas subsidiárias diretas sejam parte, inclusive envolvendo as ações de suas próprias emissões; (xii) Autorizar qualquer operação entre a Companhia e as pessoas que sejam acionistas indiretos de sua acionista controladora, bem como entre a Companhia e os administradores, empregados ou pessoas físicas ou jurídicas que tenham qualquer relação com a Companhia, inclusive celebrando contratos de comercialização de energia, cujo valor seja superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por operação; (xiv) Demais casos não previstos neste Estatuto ou casos omissos. **Artigo 23** – A convocação de Assembleia Geral deverá ser feita nos termos da legislação em vigor (com um mínimo de 08 (oito) dias de antecedência da primeira convocação e de 5 (cinco) dias da segunda convocação e conterá intimação dos membros do Conselho Fiscal e dos acionistas, para comparecerem pessoalmente ou por procuração, expressamente, na ordem do dia, as matérias a serem deliberadas, sempre ressalvada a hipótese do Artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **Parágrafo Único** – É vedada a inclusão na pauta da Assembleia Geral, da rubrica “outros assuntos” ou assuntos “e/ou” ou expressões equivalentes. **Artigo 24** – A realização das execuções previstas em lei, para a realização de operações de capitalização de Operações de fusão, cisão e incorporação em que a Companhia ou suas empresas subsidiárias diretas sejam parte, inclusive envolvendo as ações de suas próprias emissões; (xii) Autorizar qualquer operação entre a Companhia e as pessoas que sejam acionistas indiretos de sua acionista controladora, bem como entre a Companhia e os administradores, empregados ou pessoas físicas ou jurídicas que tenham qualquer relação com a Companhia, inclusive celebrando contratos de comercialização de energia, cujo valor seja superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por operação; (xiv) Demais casos não previstos neste Estatuto ou casos omissos. **Artigo 23** – A convocação de Assembleia Geral deverá ser feita nos termos da legislação em vigor (com um mínimo de 08 (oito) dias de antecedência da primeira convocação e de 5 (cinco) dias da segunda convocação e conterá intimação dos membros do Conselho Fiscal e dos acionistas, para comparecerem pessoalmente ou por procuração, expressamente, na ordem do dia, as matérias a serem deliberadas, sempre ressalvada a hipótese do Artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **Parágrafo Único** – É vedada a inclusão na pauta da Assembleia Geral, da rubrica “outros assuntos” ou assuntos “e/ou” ou expressões equivalentes. **Artigo 24** – A realização das execuções previstas em lei, para a realização de operações de capitalização de Operações de fusão, cisão e incorporação em que a Companhia ou suas empresas subsidiárias diretas sejam parte, inclusive envolvendo as ações de suas próprias emissões; (xii) Autorizar qualquer operação entre a Companhia e as pessoas que sejam acionistas indiretos de sua acionista controladora, bem como entre a Companhia e os administradores, empregados ou pessoas físicas ou jurídicas que tenham qualquer relação com a Companhia, inclusive celebrando contratos de comercialização de energia, cujo valor seja superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por operação; (xiv) Demais casos não previstos neste Estatuto ou casos omissos. **Artigo 23** – A convocação de Assembleia Geral deverá ser feita nos termos da legislação em vigor (com um mínimo de 08 (oito) dias de antecedência da primeira convocação e de 5 (cinco) dias da segunda convocação e conterá intimação dos membros do Conselho Fiscal e dos acionistas, para comparecerem pessoalmente ou por procuração, expressamente, na ordem do dia, as matérias a serem deliberadas, sempre ressalvada a hipótese do Artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **Parágrafo Único** – É vedada a inclusão na pauta da Assembleia Geral, da rubrica “outros assuntos” ou assuntos “e/ou” ou expressões equivalentes. **Artigo 24** – A realização das execuções previstas em lei, para a realização de operações de capitalização de Operações de fusão, cisão e incorporação em que a Companhia ou suas empresas subsidiárias diretas sejam parte, inclusive envolvendo as ações de suas próprias emissões; (xii) Autorizar qualquer operação entre a Companhia e as pessoas que sejam acionistas indiretos de sua acionista controladora, bem como entre a Companhia e os administradores, empregados ou pessoas físicas ou jurídicas que tenham qualquer relação com a Companhia, inclusive celebrando contratos de comercialização de energia, cujo valor seja superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por operação; (xiv) Demais casos não previstos neste Estatuto ou casos omissos. **Artigo 23** – A convocação de Assembleia Geral deverá ser feita nos termos da legislação em vigor (com um mínimo de 08 (oito) dias de antecedência da primeira convocação e de 5 (cinco) dias da segunda convocação e conterá intimação dos membros do Conselho Fiscal e dos acionistas, para comparecerem pessoalmente ou por procuração, expressamente, na ordem do dia, as matérias a serem deliberadas, sempre ressalvada a hipótese do Artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **Parágrafo Único** – É vedada a inclusão na pauta da Assembleia Geral, da rubrica “outros assuntos” ou assuntos “e/ou” ou expressões equivalentes. **Artigo 24** – A realização das execuções previstas em lei, para a realização de operações de capitalização de Operações de fusão, cisão e incorporação em que a Companhia ou suas empresas subsidiárias diretas sejam parte, inclusive envolvendo as ações de suas próprias emissões; (xii) Autorizar qualquer operação entre a Companhia e as pessoas que sejam acionistas indiretos de sua acionista controladora, bem como entre a Companhia e os administradores, empregados ou pessoas físicas ou jurídicas que tenham qualquer relação com a Companhia, inclusive celebrando contratos de comercialização de energia, cujo valor seja superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por operação; (xiv) Demais casos não previstos neste Estatuto ou casos omissos. **Artigo 23** – A convocação de Assembleia Geral deverá ser feita nos termos da legislação em vigor (com um mínimo de 08 (oito) dias de antecedência da primeira convocação e de 5 (cinco) dias da segunda convocação e conterá intimação dos membros do Conselho Fiscal e dos acionistas, para comparecerem pessoalmente ou por procuração, expressamente, na ordem do dia, as matérias a serem deliberadas, sempre ressalvada a hipótese do Artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **Parágrafo Único** – É vedada a inclusão na pauta da Assembleia Geral, da rubrica “outros assuntos” ou assuntos “e/ou” ou expressões equivalentes. **Artigo 24** – A realização das execuções previstas em lei, para a realização de operações de capitalização de Operações de fusão, cisão e incorporação em que a Companhia ou suas empresas subsidiárias diretas sejam parte, inclusive envolvendo as ações de suas próprias emissões; (xii) Autorizar qualquer operação entre a Companhia e as pessoas que sejam acionistas indiretos de sua acionista controladora, bem como entre a Companhia e os administradores, empregados ou pessoas físicas ou jurídicas que tenham qualquer relação com a Companhia, inclusive celebrando contratos de comercialização de energia, cujo valor seja superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por operação; (xiv) Demais casos não previstos neste Estatuto ou casos omissos. **Artigo 23** – A convocação de Assembleia Geral deverá ser feita nos termos da legislação em vigor (com um mínimo de 08 (oito) dias de antecedência da primeira convocação e de 5 (cinco) dias da segunda convocação e conterá intimação dos membros do Conselho Fiscal e dos acionistas, para comparecerem pessoalmente ou por procuração, expressamente, na ordem do dia, as matérias a serem deliberadas, sempre ressalvada a hipótese do Artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **Parágrafo Único** – É vedada a inclusão na pauta da Assembleia Geral, da rubrica “outros assuntos” ou assuntos “e/ou” ou expressões equivalentes. **Artigo 24** – A realização das execuções previstas em lei, para a realização de operações de capitalização de Operações de fusão, cisão e incorporação em que a Companhia ou suas empresas subsidiárias diretas sejam parte, inclusive envolvendo as ações de suas próprias emissões; (xii) Autorizar qualquer operação entre a Companhia e as pessoas que sejam acionistas indiretos de sua acionista controladora, bem como entre a Companhia e os administradores, empregados ou pessoas físicas ou jurídicas que tenham qualquer relação com a Companhia, inclusive celebrando contratos de comercialização de energia, cujo valor seja superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por operação; (xiv) Demais casos não previstos neste Estatuto ou casos omissos. **Artigo 23** – A convocação de Assembleia Geral deverá ser feita nos termos da legislação em vigor (com um mínimo de 08 (oito) dias de antecedência da primeira convocação e de 5 (cinco) dias da segunda convocação e conterá intimação dos membros do Conselho Fiscal e dos acionistas, para comparecerem pessoalmente ou por procuração, expressamente, na ordem do dia, as matérias a serem deliberadas, sempre ressalvada a hipótese do Artigo 124, § 4º da Lei das S.A. **Parágrafo Único** – É vedada a inclusão na pauta da Assembleia Geral, da rubrica “outros assuntos” ou assuntos “e/ou” ou expressões equivalentes. **Artigo 24** – A realização das execuções previstas em lei, para a realização de operações de capitalização de Operações de fusão, cisão e incorpor



nº 21.771.999/0001-42 - NIRE nº 3.530.047.508-9 - (CNPJ)

CNPJ/MF nº 21.771.999/0001-42 - NIRE nº 3.530.047.508-9 - ("Companhia")

[illegible]

CNPJ/ME nº 22.008.195/0001-59 - NIRE 35.300.476.549

CNPJ/ME nº 22.008.195/0001-59 - NIRE 35.300.476.549

**Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Março de 2022**

**d. Data, Horário e Local:** Realizada no dia 30 de março de 2022, às 19:00 horas, de modo exclusivamente a distância e digital, considerada como ocorrida na sede social da **Veritas Educacional A Participações S.A.**, localizada na Cidade de Curitiba, Paraná, Brasil.

**2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, na forma do disposto no Artigo 124, §6º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das S.A."**), em virtude da presença de acionistas representando a totalidade dos votos necessários para a realização da Assembleia Especial Ordinária. Os presentes foram: Lúis Felipe Silva Bressan - Diretor Presidente; Fábio Marcel Foss - Presidente; Lúis Felipe Silva Bressan - Diretor Financeiro e Administrativo; Lúis Felipe Silva Bressan - Diretor Jurídico; Junior, atual Diretor de Diálogo; Discutir, deliberar e (1) o cumprimento do pedido de emissão do Sr. Antônio Carlos de Jesus Júnior, atual Diretor de Financeiro e Administrativo da Companhia; e (ii) aprovar a eleição dos novos Diretores da Companhia. 5. Deliberações

Após análise e discussão da matéria constante na ordem do dia, acionistas presentes aprovaram, por unanimidade de votos válidos, as seguintes deliberações:

**1. Nomeação e Revogação:** O Conselho de Administração resolveu nomear e revogar os membros do Conselho de Administração e Administrativo da Companhia. A Companhia dá a plena, rasa, geral e irrevogável autorização, para nadamais reclamar, a qualquer título ou a qualquer tempo, sobre o mandato do Diretor Financeiro e Administrativo, na Diretoria da Companhia, a qual ratifica todos os atos por ele praticados no exercício do seu mandato; (ii) aprovar, por unanimidade dos votos válidos, a renovação do mandato do Sr. Fábio Marcel Foss, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 11.759.617-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 129.618.518-40, residente e domiciliado na cidade de Itaipava, Estado do Rio de Janeiro, com endereço eletrônico fmarcel@fmarcel.com.br, e (iii) aprovar, por unanimidade dos votos válidos, a reeleição do cargo de Diretor Presidente; e **(b) Lúis Felipe Silva Bressan**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 33.630.431-6 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 126.765.678-68, com escritório profissional na Rua Manoel Galeno, nº 475, Tatapépe, CEP 03071-000, São Paulo/SP, para o cargo de Diretor Financeiro e Administrativo e, respectivamente cargo de Vice-Presidente e Diretor Financeiro e Administrativo, ambos por prazo indeterminado, a partir do respectivo novo termo de posse lavrado em livro próprio, tendo declarado, sob as penas da lei que não está impedido por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o exercício da função pública ou privada, sob as penas da lei.

**6. Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei das S.A., bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos demais acionistas presentes e demais membros do Conselho de Administração e Administrativo, desde que tais documentos não sejam apresentados à Assembléia Geral Ordinária, da qual se lavrou a presente ata, e lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **8. Assinatura Mesa:** Fábio Marcel Foss - Presidente; e Lúis Felipe Silva Bressan - Secretário. **Acionistas:** ACEF S/A, por Fábio Marcel Foss; Fábio Ferreira Figueiredo e Renato Padovan. *(Conferir com o original lavrado em livro próprio)*. **Lúis Felipe Silva Bressan** - Diretor Financeiro e Administrativo.

**Sessão JUCESP nº 201.105/22-6 em 18/04/2022** Gisela Simsen Caschin – Secretária Geral.

CNPJ/ME nº 22.008.195/0001-59 - NIRE 35.300.476.549

CNPJ/ME nº 22.008.195/0001-59 - NIRE 35.300.476.549

**Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Março de 2022**

[illegible]

19.165.805/0001-13 - NIRE nº 3.530.045.844-3 - (v)

CNPJ/MF nº 19.165.805/0001-13 - NIRE nº 3.530.045.844-3 - ("Companhia")

[illegible]

## CNPJ/MF nº 22.008.195/0001-59 - NIRE 35.300.476.549

CNPJ/MF nº 22.008.195/0001-59 - NIRE 35.300.476.549

**Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Junho de 2023**

**1. Ata, Histórico e Local:** Realizada no dia 30 de junho de 2023, às 21:10 horas, na sede social da **Veritas Educacional S.A. Participações S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesar Góesário, nº 475, Parte 7ª, Bairro, Ataulpho, CEP 04224-020, sob o **Companhia S/A, 2. Constituição e Prazo:** A Assembleia foi convocada, nos termos do artigo 24, da Lei nº 6.402/1976, para deliberar sobre a **3. Competência e Prazo:** **Veritas Educacional S.A. Participações S.A.**, em virtude da presença de acionistas representando a totalidade da capitalização da Companhia, **3. Mesa:** Presidente: Fabio Marcel Fossen; Secretário: Felipe Negro Negro, **4. Ordem do Dia:** (I) examinar, discutir e votar as contas dos administradores, os balanços patrimoniais e o resultado econômico da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (II) deliberar sobre a destinação do saldo da conta de reserva de lucros da Companhia, **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas presentes discutiram os temas constantes na ordem do dia e decidiram, por unanimidade de votos e sem qualquer ressalva: (I) Aprovar as contas dos administradores, os balanços patrimoniais e o resultado econômico da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os quais foram preparados em conformidade com a Lei e com o Estatuto Social e encontram-se devidamente arquivados na sede da Companhia; (II) Destinar o lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 16.638.235,18 (dezesseis milhões, seiscientos e trinta e oito mil, duzentos e trinta e cinco reais e dezcentos centavos), conforme segue: a) o valor de R\$ 1.663.823,52 (um milhão, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e trinta e cinco reais e dezcentos centavos), correspondente a 5% do Lucro Líquido, à constituição da reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e em conformidade com o artigo 14, parágrafo 1º (I) do Estatuto Social da Companhia; b) o montante de R\$ 3.952.080,86 (três milhões, novecentos e cinquenta e dois mil e oitenta reais e oitenta e seis centavos), correspondente a 23,75% do Lucro Líquido, à constituição da reserva de lucros, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e em conformidade com o artigo 14, parágrafo 1º (II) do Estatuto Social da Companhia; e c) o montante de R\$ 11.854.242,57 (onze milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), correspondente a 75% do Lucro Líquido ajustado, a ser distribuído aos acionistas da Companhia, **6. Encerramento:** A Assembleia foi encerrada às 22h30, com a participação de 2º do Estatuto Social da Companhia; (III) Destinar o montante de R\$ 6.927.669,80 (seis milhões, novecentos e vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos), constante da conta de reserva de lucros e correspondente a parte desta, referente ao exercício de social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 6.927.669,80, distribuído aos acionistas da Companhia a título de dividendos adicionais, **6. Lavratura:** Foi autorizada, por decisão da Assembleia, a lavratura da presente Ata, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **8. Assinatura:** **Mesa:** Fabio Marcel Fossen - Presidente; e Felipe Negro Negro - Secretário. **Acionistas:** ALEF S.A., por Fabio Marcel Fossen - Presidente e Felipe Negro Negro - Secretário. **Ata:** 30 de junho de 2023. **Mesa:** Fabio Marcel Fossen - Presidente; Felipe Negro Negro - Secretário. **SUJESP/SP** nº 338.859/23-8 em 22/08/2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## CNPJ/MF nº 22.008.195/0001-59 - NIRE 35.300.476.549

CNPJ/MF nº 22.008.195/0001-59 - NIRE 35.300.476.549

[illegible]



**GERMINA BRASIL S.A.**  
CNPJ/MF nº 47.612.898/0001-12 - NIRE 35.300.598.971

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 2025**

**I. Data, Horário e Local:** No dia 05/12/2025, às 10 horas, na sede social da Germina Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 19º andar, Sala 04, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01452-002. **II. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **III. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Danilo Dias Garcez de Castro Dória e Secretário: Sr. Felipe Alves Tavares. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (I) a aprovação do aumento de capital social da Companhia, mediante conversão de AFAC; (II) a aprovação da redução do capital social da Companhia, considerando-o excessivo à consecução do seu objeto social, nos termos do Art. 173 da Lei nº 6.404/76; (III) a alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de contemplar o aumento e a redução do capital social da Companhia; (III) a alteração e reforma do Estatuto Social da Companhia, e (IV) a autorização aos administradores da Companhia para a prática de todo e qualquer ato necessário à implementação dos itens constantes acima. **V. Leitura dos Documentos e Lavatura da Ata:** Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, tendo em vista que são do amplo conhecimento da Acionista única. Foi autorizada a lavatura desta ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §§1º e 2º da Lei das S.A. **VI. Deliberações:** Depois de discutirem as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes decidem, por unanimidade e sem reservas ou ressalvas, o quanto segue: (I) Aprovar o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão de 6.500.000 (seis milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais serão totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pela acionista única River Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Responsabilidade Limitada, através de conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) nos termos do Boletem de Subscrição que constitui o **Anexo I** a esta ata. (II) Como consequência do aumento de capital ora aprovado, o capital social da Companhia passa de R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, para R\$ 141.500.000,00 (cento e quarenta e um milhões e quinhentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 141.500.000 (cento e quarenta e um milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (III) Aprovar a redução do capital social da Companhia, no montante de R\$ 45.600.000,00 (quarenta e cinco milhões e seiscentos mil reais), tendo em vista que seu capital social é excessivo à consecução do seu objeto social, nos termos do Art. 173 da Lei das S.A., a qual será levada a efeito sem o cancelamento das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, uma vez que as ações não possuem valor nominal. Assim, o capital social da Companhia passará de R\$ 141.500.000,00 (cento e quarenta e um milhões e quinhentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 141.500.000 (cento e quarenta e um milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$ 95.900.000,00 (noventa e cinco milhões e novecentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 95.900.000 (noventa e cinco milhões e novecentos mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. (IV) Aprovar, em razão das deliberações anteriores, a nova redação do caput do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 95.900.000,00 (noventa e cinco milhões e novecentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 95.900.000 (noventa e cinco milhões e novecentos mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." (V) Aprovar a alteração e reforma do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de contemplar as deliberações descritas acima, passando o Estatuto Social a vigorar na forma do **Anexo II** à presente ata; e (IV) Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos e firmar todos os documentos necessários à implementação e formalização das deliberações aqui tratadas. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, e lavrada a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada, por meio eletrônico, nos termos do §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, reconhecendo seus signatários a autenticidade, integridade e validade jurídica deste documento. **VIII. Assinaturas:** Mesa: Danilo Dias Garcez de Castro Dória - Presidente, Felipe Alves Tavares - Secretário, Acionista River Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Responsabilidade Limitada - Representado por: Felipe Moura Lima - Procurador, Ana Carolina Ferracú Coutinho Moura - Diretora.

**Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração - Artigo 1º - A Germina Brasil S.A. ("Companhia")** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º - A Companhia** tem sua sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 19º andar, Sala 04, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-002. **Artigo 3º - A Companhia** tem por objeto social: a) a participação e administração de investimentos em outras sociedades e/ou empreendimentos de qualquer natureza na qualidade de sócia ou acionista; b) a prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial, gerenciamento e intermediação comercial e de negócios; c) atividades de prestação de serviços de engenharia, compreendendo a consultoria, assessoria, assistência técnica, gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras; d) a execução de obras e serviços de infraestrutura hídrica, com ênfase em projetos de irrigação, incluindo todas as atividades correlatas de engenharia, planejamento, implantação e manutenção; e) a prestação de serviços de supressão vegetal e manejo de vegetação, conforme exigências legais e ambientais aplicáveis à execução de empreendimentos; f) a construção, montagem, operação e manutenção de estruturas temporárias de alojamento destinadas ao abrigo de trabalhadores próprios e de terceiros vinculados às atividades da Companhia; g) a locação de máquinas, equipamentos e utensílios utilizados em obras de infraestrutura, construção civil, terraplanagem e serviços industriais, sem fornecimento de operador, abrangendo inclusive equipamentos não especificados em outras categorias; e h) a prestação de serviços administrativos e de apoio operacional, incluindo serviços combinados de escritório, suporte logístico e estrutura necessária à gestão e acompanhamento das atividades da Companhia em campo e em sua base administrativa. **Súmula - A Companhia** poderá ainda exercer outras atividades afins ou complementares ao seu objeto principal. **Artigo 4º - A Companhia** tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Capital Social - Artigo 5º - O capital social da Companhia** é de R\$ 95.900.000,00 (noventa e cinco milhões e novecentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 95.900.000 (noventa e cinco milhões e novecentos mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§1º - Cada** ação ordinária confere ao seu titular 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral"). **§2º - As** ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **§3º - Todas** as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **§4º - Mediante** aprovação da Assembleia Geral e observado o disposto na Lei das S.A., a Companhia poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas, conforme vier a ser decidido pela Assembleia Geral. **§5º - A** alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia deverão observar o que dispuser os acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas. **§6º - É** vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º - Observado** o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de suas participações acionárias, subscrever novas ações, juros de subscrito e valores de abilitados convindos pela Companhia. **Artigo 7º - A**nto integração pela subscrito, nos termos do §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, reconhecendo seus signatários a autenticidade, integridade e validade jurídica deste documento. **Artigo 8º - As** Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer acionista na Lei das S.A., pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência, em primeira convocação e 5 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei das S.A., será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **§1º - As** Assembleias Gerais, ainda que realizadas virtualmente, serão consideradas instaladas na sede social da Companhia, com o quórum estabelecido na Lei das S.A. As Assembleias Gerais serão presididas por um dos representantes dos acionistas. O presidente da Assembleia Geral nomeará um dos presentes, que não precisará ser um acionista, para secretariar os trabalhos. **§2º - Os** acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido previamente presente e aprovada nos termos do presente estatuto social. **§3º - Os** acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, §1º da Lei das S.A. Ademais, qualquer acionista poderá ter um, ou mais, representantes participando remotamente de uma Assembleia Geral por teleconferência ou videoconferência ou outro meio de comunicação, desde que todos possam ser identificados, ouvir e ser ouvidos, cabendo à Companhia organizar o sistema necessário para permitir tal participação remota. **§4º - Não** poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. **§5º - O** acionista não poderá votar nas deliberações relativas à laudo de avaliação dos bens com que confere o voto e a aprovação de suas contas com quaisquer outras em que tiver interesse conflito de interesses com a Companhia. **§6º - Dos** trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 10 - Sem** prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. **Artigo 11 - O** Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas. **Capítulo IV - Órgãos da Administração - Artigo 12 - A** Companhia será dirigida por um Diretor, composto por 4 (quatro) Diretores, todos brasileiros, eleitos para um mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. **Artigo 13 - A** Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, sendo 1 (um) Diretor-Administrativo e Financeiro, 1 (um) Diretor de Controladoria e 1 (um) Diretor Jurídico. **§1º - A** posse dos membros da Diretoria dar-se-á mediante assinatura do termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão. **§2º - Os** administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **§3º - A** Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os administradores. **§4º - Com** exceção feita as disposições contidas no Artigo 15 deste Estatuto, compete ao Diretor-Administrativo: (i) representar ativa e passivamente a Companhia em todas as suas relações com o país; (ii) coordenar a área de comunicações; (iii) manter os acionistas permanentemente informados sobre as atividades da Companhia; **§5º - Compete** ao Diretor Administrativo e Financeiro: (i) coordenar os assuntos internos, organizacionais e financeiros da Companhia; (ii) supervisionar as áreas comercial, operacional, planejamento e projetos, obras e investimentos; (iii) gerir tesouraria e relações com instituições financeiras. **§6º - Compete** ao Diretor de Controladoria: (i) coordenar as áreas de contabilidade e fiscal; (ii) assegurar a confiabilidade das informações contábeis financeiras; (iii) apoiar na gestão de custos, resultados e indicadores; (iv) garantir a conformidade das práticas contábeis e de reporte. **§7º - Compete** ao Diretor Jurídico: (i) coordenar as atividades jurídicas da Companhia; (ii) representar a Companhia em assuntos jurídicos; (iii) orientar juridicamente as áreas internas; (iv) gerir assuntos regulatórios e contratuais. **§8º - Os** Diretores ficam dispensados de prestar caução, como permitido por lei. **§9º - A** Assembleia Geral fixará a remuneração global anual para distribuição entre os administradores. **Artigo 13 - A** Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada por qualquer Diretor. As atas deverão ser lavradas em livro próprio. **§1º - As** reuniões serão convocadas, por escrito, pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **§2º - As** resoluções da Diretoria da Companhia serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. **Artigo 14 - A** Diretoria tem os poderes necessários para a administração da Companhia, competindo-lhe especialmente: (I) cumprir o disposto neste Estatuto Social; (II) administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (III) administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (IV) administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; (V) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; (VI) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as disposições legais e o que dispuser a Lei; (VII) deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país; (VIII) apresentar, anualmente, ao encerramento de cada exercício social, à apreciação dos acionistas, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, relativa ao exercício seguinte; e (IX) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia, pela lei e por este Estatuto Social. **Artigo 15 - A** representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou atos que (i) importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia; (ii) exonerem a Companhia de obrigações para com terceiros; ou (iii) exonerem terceiros de obrigações com a Companhia, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados: I) por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto; II) por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no §Único desta cláusula; III) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou IV) por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de subdelegatário. **Artigo 16 - As** procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 16 - A** Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **§1º - Os** membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **§2º - Os** membros do Conselho Fiscal terão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral. **§3º - O**correndo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 17 - O** Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VI - Exercício Social, Balanço e Demonstrações Financeiras: Artigo 18 - O** exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **§Único - As** demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na CVM. **Artigo 19 - Do** resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável. **Artigo 20 - O** balanço poderá: (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, §1º, da Lei das S.A.; e (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando à integralização para todos os efeitos legais. **Capítulo VII - Liquidação: Artigo 21 - A** Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo VIII - Arbitragem: Artigo 22 - Qualquer** litígio ou controvérsia decorrente de ou relativo a este Estatuto Social ("Disputa") será submetido à arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, e será dirimido de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento" e "CCBC"). (i) O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros fluentes nas línguas portuguesa e inglesa, escritas e faladas, nomeados na forma do Regulamento. (ii) A arbitragem realizar-se-á na Cidade de São Paulo/SP, Brasil, e será conduzida em caráter confidencial. Os idiomas da arbitragem serão o português e o inglês. (iii) A execução do laudo arbitral poderá ser pleiteada a quaisquer tribunais competentes. A sentença arbitral deverá ser proferida em território brasileiro e terá caráter definitivo, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título. (iv) Anteriormente à instauração da arbitragem, para fins exclusivamente de qualquer medida coercitiva ou procedimento cautelar, de natureza preventiva, provisória ou permanente, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo/SP. (v) A necessidade de pleitear, perante o juízo competente, qualquer medida cautelar ou preventiva, ou qualquer outro remédio jurídico acima previsto, não é incompatível com a eleição de tribunal arbitral para dirimir eventuais conflitos, nem representa renúncia e/ou submissão à aplicação da cláusula arbitral. (vi) Caso este Estatuto Social ou qualquer de seus artigos seja considerado inválido, ilegal ou inexecutável, por qualquer tribunal, a validade, legalidade ou exequibilidade desta cláusula arbitral não será afetada ou prejudicada. (vii) As presentes disposições sobre resolução de disputa permanecerão em vigor até a conclusão de todas as questões porventura decorrentes deste documento. (viii) O tribunal arbitral poderá determinar o reembolso, pela parte sucumbente, de todas as custas e despesas arbitrais pagas antecipadamente pela parte vencedora, inclusive, dentre outras, os honorários advocatícios; e (ix) As leis aplicáveis brasileiras regerão a presente cláusula arbitral, bem como o mérito a ser apreciado na arbitragem. **§2º - Se** duas ou mais controvérsias surgirem em relação a este Estatuto Social, a resolução poderá ocorrer por meio de um único procedimento de arbitragem, de acordo com o Regulamento. Após a instituição do Tribunal Arbitral, o tribunal poderá, a pedido das partes, juntar ao procedimento de arbitragem qualquer outro processo de arbitragem pendente envolvendo a resolução de controvérsias, desde que (i) o processo envolva as mesmas partes; (ii) existam questões fáticas e/ou legais em comum no processo; e (iii) a junção em tais circunstâncias não resultar em perdas por atrasos injustificados para resolução das disputas. A autoridade, para determinar o apensamento de processos e para conduzir o processo único, pertencerá ao Presidente da CCBC. A decisão de apensamento será final e vinculante para todas as partes envolvidas nas disputas e processos arbitrais sujeitos à ordem de apensamento. **§2º - Não** será permitida a divulgação de qualquer informação obtida pelas partes e quaisquer documentos apresentados na arbitragem que não sejam de domínio público, quaisquer provas e materiais produzidos em arbitragem e quaisquer decisões tomadas em arbitragem, exceto e na medida em que (i) o dever de divulgar tal informação resultar da Lei; (ii) a divulgação dessas informações seja solicitada por uma autoridade governamental ou determinada pelo poder judiciário; (iii) tais informações se tornem públicas por qualquer outro meio não relacionado à sua divulgação pelos acionistas ou suas afiliadas; ou (iv) a divulgação dessas informações seja necessária para que uma parte recorra ao poder judiciário nos casos previstos na Lei nº 9.307/96. Toda e qualquer controvérsia relativa à obrigação de confidencialidade será resolvida pelo Tribunal Arbitral de maneira final e vinculante. **Capítulo IX - Disposições Gerais: Artigo 23 - Os** casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. **Artigo 24 - A** Companhia disponibilizará, quando solicitado por qualquer de seus acionistas, cópia de contratos com partes relacionadas da Companhia, acionistas, administradores e/ou empregados da Companhia, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 25 - Casos** em que a Companhia obtenha o registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM, obriga-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa.





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/7A8F-597F-847D-FC43> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7A8F-597F-847D-FC43



Hash do Documento

DBD2C22FC8871E5DF60618E9FEC7FAD49951353E80DEE64CD619F3ED72C519E7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/12/2025 é(ão) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -  
39.732.792/0001-24 em 10/12/2025 00:03 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

**Geolocation:** Latitude: -23.6474355 Longitude: -46.5548963 Accuracy: 20  
**IP:** 172.16.4.4  
**AC:** AC Certisign RFB G5

